

# ***Concessionária ViaRio S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2013 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

### **Planejamento empresarial**

A Concessionária ViaRio S.A. foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura de Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias do corredor expresso Transolímpica, ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, o qual faz parte do caderno de obrigações para os Jogos Olímpicos de 2016.

Os investimentos sob responsabilidade da ViaRio compreendem a implantação de via urbana expressa com praça de pedágio e extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,5 km em túneis a construir. A via será composta por três faixas de rolamento em cada sentido: uma exclusiva para o sistema de ônibus BRT e as outras duas vias urbanas expressas para os demais veículos onde haverá cobrança de pedágio. O Contrato de Concessão prevê a implantação da via no prazo de quatro anos a partir de sua assinatura.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Transolímpica, a ViaRio assinou Contrato de Construção na modalidade de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contracts) com o Consórcio Construtor TransRio o qual é formado pelas seguintes empresas: Construtora OAS Ltda., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A.

Para a viabilização das obras de implantação da via, há previsão no Contrato de Concessão de repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à ViaRio ("Subsídio"), autorizado por lei municipal. O Subsídio será de R\$1.072 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA-E (Índice nacional de preços ao consumidor amplo especial), e pago pela Prefeitura do Rio de Janeiro, de acordo com o cronograma estabelecido em Edital e aditivo contratual firmado em 29 de outubro de 2013.

### **Receita e mercado**

A ViaRio encontra-se em fase de implantação do ativo objeto do Contrato de Concessão e, com o objetivo de financiar estes investimentos, a Companhia realizou em 3 de maio de 2013 a 1ª emissão de debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos e com valor nominal total de emissão de R\$ 190 milhões, cuja liquidação se dará com o empréstimo de longo prazo, atualmente em negociação.

### **Investimentos**

No acumulado, desde o início da Concessão até o final do exercício de 2013, os investimentos perfazem o montante de R\$ 265,3 milhões, sendo R\$ 120,5 milhões com recursos próprios e R\$ 144,8 milhões com recursos oriundos do subsídio contratual em moeda de dezembro de 2013. Destacam-se até o momento as obras do Viaduto Marechal Fontenelle, Viaduto da Avenida Brasil, Viaduto Carlos Pontes, Viaduto Estrada do Rio Grande, Viaduto Estrada dos Bandeirantes, execução de terraplenagem e drenagem da praça do pedágio e execuções de contenções do emboque do norte do Engenho Velho.

## **Política de distribuição de dividendos**

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da ViaRio, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2013 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício.

## **Recursos humanos**

A quantidade de colaboradores próprios em dezembro de 2013 foi de 34.

## **Responsabilidade social**

Com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região próxima a Via Transolímpica, a Companhia desenvolveu um estudo onde mapeou os projetos sociais existentes na região e elencou os principais programas que serão por ela desenvolvidos.

- i. Programa de formação de mão de obra;
- ii. Programa comunicação social e segurança no perímetro de obras;
- iii. Elaboração e manutenção de banco de dados sobre geração de emprego, e;
- iv. Programa de gestão de resíduos.

Dentre os programas elencados, destaca-se o projeto de formação de mão de obra. A ViaRio irá priorizar a contratação de mão de obra local, além do uso dos serviços, comércio e insumos locais. Será realizado esforço de capacitação de profissionais da região com o objetivo de melhorar a renda e educação da região, promovendo um círculo virtuoso de desenvolvimento.

## **Licenciamento ambiental**

Em 19 de abril de 2013 foi concedida pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente – RJ) a Licença de Instalação (LI) para o empreendimento Ligação Transolímpica, via sob concessão. No dia 3 de dezembro de 2013 foi publicada a averbação dos ajustes de traçado na área de Magalhães Bastos e Colônia Juliano Moreira.

## **Considerações finais**

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com serviços não relacionados à auditoria da seguinte forma: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

## **Declaração da Diretoria**

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

## **Agradecimentos**

A Concessionária ViaRio S.A. agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados em 2013.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2014

A Administração

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Concessionária ViaRio S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações, e o seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2014

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC nº 1 SP 109447/O-6

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A. (anteriormente denominada Concessionária Transolímpica S.A.)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	Nota explicativa	2013	2012	<b>Passivo</b>	Nota explicativa	2013	2012
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	130.726	4.782	Debêntures	11	196.954	-
Impostos a recuperar		1.098	7	Fornecedores		792	41
Despesas antecipadas		144	291	Impostos e contribuições a recolher		198	11
Adiantamento a fornecedores		415	164	Obrigações sociais e trabalhistas		803	78
Adiantamento a partes relacionadas	8	-	14.584	Contas a pagar - partes relacionadas	8	-	12.037
Total do ativo circulante		<u>132.383</u>	<u>19.828</u>	Obrigações com poder concedente	12	-	57.435
				Total do passivo circulante		<u>198.747</u>	<u>69.602</u>
<b>Não Circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo:</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>			
Impostos diferidos	7b	4.254	1.189	Capital social	13	67.770	49.270
Adiantamento a partes relacionadas	8	-	54.887	Prejuízos acumulados		(8.358)	(2.276)
<b>Imobilizado</b>	9	1.065	650	Total do patrimônio líquido		<u>59.412</u>	<u>46.994</u>
<b>Intangível</b>	10	120.457	40.042				
Total do ativo não circulante		<u>125.776</u>	<u>96.768</u>				
Total do ativo		<u><u>258.159</u></u>	<u><u>116.596</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>258.159</u></u>	<u><u>116.596</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A. (anteriormente denominada Concessionária Transolímpica S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2013	2012 (*)
<b>Receita líquida de construção</b>		<u>211.197</u>	<u>30.462</u>
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Custo de construção		(211.197)	(30.462)
<b>Resultado bruto</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal		(4.243)	(1.757)
Serviços de terceiros		(1.852)	(930)
Materiais, equipamentos e veículos		(344)	(37)
Despesas de aluguel		(324)	(136)
Depreciação e amortização	9 e 10	(166)	-
Seguro garantia		(518)	-
Outras despesas operacionais		<u>(795)</u>	<u>(640)</u>
		(8.242)	(3.500)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		(8.242)	(3.500)
<b>Despesas financeiras</b>	14	(5.932)	(12)
<b>Receitas financeiras</b>	14	5.027	58
		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(9.147)	(3.454)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	(11)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7b	3.065	1.189
		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(6.082)</u>	<u>(2.276)</u>
<b>Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)</b>		<u>-</u>	<u>(0,1897)</u>

(\*) Período compreendido entre 20 de abril de 2012 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A. (anteriormente denominada Concessionária Transolímpica S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

---

	<u>2013</u>	<u>2012 (*)</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(6.082)	(2.276)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(6.082)</u></u>	<u><u>(2.276)</u></u>

(\*) Período compreendido entre 20 de abril de 2012 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A. (anteriormente denominada Concessionária Transolímpica S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

---

	Nota explicativa	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
<b>Saldo inicial da constituição em 20 de abril de 2012</b>		12.000	-	-	12.000
Aumento de capital		55.770	(18.500)	-	37.270
Prejuízo do exercício		-	-	(2.276)	(2.276)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<u>67.770</u>	<u>(18.500)</u>	<u>(2.276)</u>	<u>46.994</u>
Integralização de capital	13	-	18.500	-	18.500
Prejuízo do exercício		-	-	(6.082)	(6.082)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<u>67.770</u>	<u>-</u>	<u>(8.358)</u>	<u>59.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

---

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2013	2012 (*)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
<b>Prejuízo do exercício</b>		(6.082)	(2.276)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(3.065)	(1.189)
Depreciação e Amortização	9 e 10	166	-
Juros sobre debêntures	11	8.485	-
Capitalização de custo de empréstimos	11	(2.627)	-
		<u>2.959</u>	<u>(1.189)</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>			
Impostos a recuperar		(1.091)	(7)
Despesas antecipadas		147	(291)
Adiantamento a fornecedores		(251)	(164)
Adiantamento a partes relacionadas		(1)	(70.082)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		751	41
Contas a pagar - partes relacionadas		-	12.648
Obrigações sociais e trabalhistas		725	78
Impostos e contribuições a recolher e provisão para impostos de renda e contribuição social		187	3
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	8
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>		<u>(2.656)</u>	<u>(61.231)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(579)	(650)
Aquisição de ativo intangível	10	(77.790)	(40.042)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<u>(78.369)</u>	<u>(40.692)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Debêntures:			
Captações	11	188.469	-
Integralização de capital	13	18.500	49.270
Obrigações com poder concedente		-	57.435
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<u>206.969</u>	<u>106.705</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>125.944</u>	<u>4.782</u>
<b>Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa:</b>			
No início do exercício		4.782	-
No final do exercício		<u>130.726</u>	<u>4.782</u>
		<u>125.944</u>	<u>4.782</u>

(\*) Período compreendido entre 20 de abril de 2012 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

(anteriormente denominada Concessionária Transolímpica S.A.)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **1. Contexto Operacional**

Em 21 de junho de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração na denominação social da Concessionária Transolímpica S.A. para Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio).

A ViaRio é uma sociedade anônima domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil situada na Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 2, sala 107, constituída em 20 de abril de 2012, que iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um sistema rodoviário, composto pelo trecho a ser construído ligando a Avenida Brasil, no seu entroncamento com a Avenida da Equitação, em Magalhães Bastos, e se estendendo até a Estrada dos Bandeirantes, o seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, em Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos, benfeitorias e ampliações a serem nele efetuadas. Realizados os investimentos, a Administração estima que o início de sua operação ocorra em 2016.

O contrato de concessão prevê o pagamento do ativo financeiro pelo Poder Concedente para à Concessionária, valores estes despendidos para a realização das obras de implantação da Ligação Transolímpica.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

### **2. Principais práticas contábeis**

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### ***a) Apuração do resultado***

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

**b) *Receitas de construção***

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 691/12, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

**c) *Instrumentos financeiros***

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) serão reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**d) *Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

**e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida**

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

**f) Ativo imobilizado**

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de período ou exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

**g) Ativo intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “k”.

#### ***h) Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem basicamente juros, taxas, comissões e outros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

#### ***i) Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

#### ***j) Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

***k) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)(R1)***

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia.

#### l) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, quando aplicáveis, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Modificações	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros
IFRS 13 / CPC 46 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos
IAS 19 / CPC 33 (R1) - Revisada em 2011	Benefícios a empregados

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

#### *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 5 de fevereiro de 2014 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

#### 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

#### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

##### Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

##### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

##### b) Risco de taxas de juros e inflação

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos às debêntures e aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e nº 11.

##### c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos nos contratos de debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixas e bancos	33	82
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>130.693</u>	<u>4.700</u>
	<u>130.726</u>	<u>4.782</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,27 % do CDI, equivalente a 8,17% ao ano (8,11% ao ano, em 31 de dezembro de 2012).

## 7. Imposto de renda e contribuição social

### a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(9.147)	(3.454)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	3.110	1.174
Outros ajustes tributários	(41)	4
Despesas indedutíveis	<u>(4)</u>	<u>-</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>3.065</u>	<u>1.178</u>
Impostos correntes	-	(11)
Impostos diferidos	<u>3.065</u>	<u>1.189</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$ 4.254 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.189 em 31 de dezembro de 2012), referem-se às despesas pré-operacionais da concessão conforme Lei nº 11.941/09.

## 8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e outras partes relacionadas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.  
(anteriormente denominada Concessionária Transolímpica S.A.)

	Transações			Saldos	
	Intangível (a)	Ativo financeiro (b)	Serviços prestados (c)	Ativo Adiantamento Intangível (d)	Passivo Contas a pagar
<b>Partes Relacionadas</b>					
CCR S.A.	-	-	299	-	-
Consórcio Construtor Transolímpica	63.272	130.357	-	21.355	-
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013				21.355	-
Total, 31 de dezembro de 2013	63.272	130.357	299	21.355	-
Total, 31 de dezembro de 2012	8.369	14.461	2.466	93.528	12.037

Despesas com profissionais chave da Administração

**2013**

**Remuneração: (e)**

Benefícios de curto prazo - remuneração fixa 1.864

- a) Refere-se a construção da infraestrutura efetuada pelo Consórcio Construtor.
- b) Refere-se a transações com Consórcio Construtor por realização de obras subsidiadas pelo poder concedente.
- c) Prestador de serviços de contabilidade, assessoria, tesouraria e recursos humanos.
- d) Refere-se a adiantamento ao Consórcio Construtor, que será realizado a razão de 5% do montante das obras a serem executadas.
- e) Contempla o valor total de remuneração atribuível aos membros da administração (diretoria estatutária) registrada em resultado.

Na AGO realizada em 30 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.900.

**9. Ativo Imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	153	(11)	142	-
Máquinas e equipamentos	17	230	(31)	199	-
Veículos	20	129	(4)	125	-
Sistema de suprimento de energia	20	4	(2)	2	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	41	341	(118)	223	-
Imobilizado em andamento		374	-	374	650
		1.231	(166)	1.065	650

### Movimentação do custo

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	-	-	153	153
Máquinas e equipamentos	-	-	230	230
Veículos	-	-	129	129
Sistema de suprimento de energia	-	-	4	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	341	341
Imobilizado em andamento	650	581	(857)	374
	<u>650</u>	<u>581</u>	<u>-</u>	<u>1.231</u>
	<b>20/04/2012</b>		<b>2012</b>	
Imobilizado em andamento	-	650	-	650

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das debêntures no montante de R\$ 2 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A taxa média de capitalização em 2013 foi de 2,85% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

### Movimentação da depreciação

	2012		2013	
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final	
Móveis e utensílios	-	(11)	(11)	
Máquinas e equipamentos	-	(31)	(31)	
Veículos	-	(4)	(4)	
Sistema de suprimento de energia	-	(2)	(2)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(118)	(118)	
	-	<u>(166)</u>	<u>(166)</u>	

### 10. Ativos Intangíveis

	2013		2012	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Direito de uso de sistemas informatizados	5	5	-	-
Direito de exploração da infraestrutura	120.452	120.452	40.042	40.042
	<u>120.457</u>	<u>120.457</u>	<u>40.042</u>	<u>40.042</u>

## Movimentação do custo

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo Final</u>
Direito de uso de sistemas informatizados	-	5	5
Direito de exploração da infraestrutura	40.042	80.410	120.452
	<u>40.042</u>	<u>80.415</u>	<u>120.457</u>
	<u>20/04/2012</u>	<u>2012</u>	
Direito de exploração da infraestrutura	-	40.042	40.042
	<u>-</u>	<u>40.042</u>	<u>40.042</u>

Foram acrescentados aos ativos intangíveis, custos das debêntures no montante de R\$ 2.625 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A taxa média de capitalização em 2013 foi de 2,85 % a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

## 11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013
1ª Emissão - Série 1	CDI + 1,80% a.a	1,5988%	1.416	558	Maio de 2014	95.890
1ª Emissão - Série 2	CDI + 1,80% a.a	0,1975%	115	82	Maio de 2014	101.703
<b>Total geral</b>				<u>640</u>		<u>197.593</u>
<b>Circulante</b>						
Debêntures						197.593
Custos de transação						<u>(640)</u>
						<u>196.954</u>

Em 3 de maio de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos e com valor nominal total de emissão de R\$ 190.000. O valor da 1ª série, de R\$ 90.000, foi recebido em 17 de maio de 2013 e o valor da 2ª série, de R\$ 100.000, foi recebido em 4 de novembro de 2013.

As debêntures são remuneradas pela variação do CDI + 1,8% ao ano. O valor do principal e os juros serão pagos em parcela única, em 3 de maio de 2014.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- A ocorrência de qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Companhia, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na mudança de seu controle acionário, sem a prévia e expressa anuência dos debenturistas, exceto se a respectiva mudança for decorrente de reestruturações societárias realizadas dentro dos grupos econômicos das controladoras;
- Extinção ou cessão, conforme aplicável, do contrato de concessão;
- Redução de capital e/ou recompra de suas próprias ações para cancelamento, exceto se previamente autorizados pelos debenturistas, nos termos do artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

## 12. Obrigações com Poder Concedente

	<u>2012</u>	<u>2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Recebimentos do poder concedente</u>	<u>Realizações</u>	<u>Saldo final</u>
Obras a executar	57.435	72.922	(130.357)	-
	<u>20/04/2012</u>	<u>2012</u>		
Obras a executar	-	71.896	(14.461)	57.435

## 13. Patrimônio Líquido

### a. Capital social

Ao longo de 2013, foi integralizado o montante de R\$ 18.500, pendente em 31 de dezembro de 2012, passando a ser o capital social subscrito e integralizado de R\$ 67.770.

As ações estão assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Ações integralizadas (em milhares)</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	22.594
Odebrecht TransPort S.A.	33,33%	22.588
CCR S.A.	33,33%	22.588
Total		<u>67.770</u>

### b. Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 25% do saldo, após a destinação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

#### 14. Resultado Financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(8.485)	-
Capitalização de custos das debêntures	2.627	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	<u>(74)</u>	<u>(12)</u>
	<u>(5.932)</u>	<u>(12)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.001	58
Juros e outras receitas financeiras	<u>26</u>	<u>-</u>
	<u>5.027</u>	<u>58</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(905)</u>	<u>46</u>

#### 15. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>				
Aplicações financeiras	130.693	-	4.700	-
<b>Passivos</b>				
Debêntures (a)	-	(196.954)	-	-
Fornecedores	-	(792)	-	(41)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	<u>(12.037)</u>
	<u>130.693</u>	<u>(197.746)</u>	<u>4.700</u>	<u>(12.078)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelos seu valor justo, o saldo apurado seria o seguinte:

	<u>2013</u>	
	Valor contábil (a)	Valor justo
Debêntures	197.593	198.713

a) Valores brutos dos custos de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações, com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&F Bovespa e Bloomberg), acrescidos dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

## 16. Hierarquia de valor justo

A Companhia possui saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicações financeiras	130.693	4.700

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas até o vencimento final da operação.

#### Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(2)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Maior de 2014	197.593	(7.361)	(8.852)	(10.322)
As taxas de juros consideradas foram:						
	CDI <sup>(1)</sup>			9,77%	12,21%	14,66%

(1) Refere-se a taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP.

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

## 17. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia - R\$ 109.201;
- Despesas Extraordinárias - R\$ 1.965;
- Responsabilidade Civil - R\$ 53.530.

## 18. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos, substancialmente representados por obras de construção da Ligação Transolímpica, estimados em 31 de dezembro de 2013, conforme quadro abaixo:

Total do compromisso	1.786.299
Parcela subsidiada	(1.234.690)
Investimentos realizados	(92.646)
Compromisso líquido da concessionária	<u><u>458.963</u></u>

Estes investimentos, destinados à construção da infraestrutura, serão reconhecidos como ativo intangível à medida que a Companhia tem o direito de cobrar tarifa de pedágio pela prestação de serviço. Os valores do compromisso são atualizados anualmente pela variação acumulada do IPCA-E no mês de abril.

\*\*\*

### Composição da Diretoria

Ronaldo Vancellote	Diretor Presidente
Fernando Góes	Diretor Administrativo-Financeiro
Guilherme Martins	Diretor de Engenharia e Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ